



ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Desembargador derruba sentença após repercussão

Depois de ser acusado de abuso por um sobrinho, Magid Láuar muda decisão de inocentar homem que estuprou menina de 12 anos

» VANILSON OLIVEIRA

Após a repercussão do julgamento que inocentou da acusação de estupro de vulnerável um homem de 35 anos que mantinha relações sexuais com uma menina de 12, o relator do processo, desembargador Magid Nauef Láuar, da 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em decisão monocrática, decidiu acolher embargos de declaração apresentados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e manteve a sentença condenatória de 1ª instância. Com a decisão, o magistrado determinou a expedição imediata de mandados de prisão contra o homem e contra a mãe da criança, que tinha conhecimento da relação abusiva.

O homem, que não teve a identidade revelada, foi preso em flagrante, em 2024, quando o MPMG formalizou denúncia contra ele e contra a mãe da menor. Ele foi denunciado por “prática de conjunção carnal e de atos libidinosos”; e a mãe, por omissão, já que tinha conhecimento do relacionamento. De acordo com a denúncia, a menina deixou de frequentar a escola e, com autorização da mãe, passou a morar com o acusado. Segundo as investigações, o homem tem passagens pela polícia por crimes de tráfico de drogas e homicídio.

Ao julgar o caso, o desembargador Magid Nauef Láuar entendeu que o acusado e a menor mantinham um vínculo, que classificou como “afetivo consensual”, sem violência, fraude, coação ou constrangimento, o que levou à derubada da sentença de primeira instância, que havia condenado o réu a nove anos e quatro meses de reclusão. O desembargador Walner Barbosa Milward de Azevedo

Redes sociais



“A minha intenção com o meu relato foi prestar apoio a uma insatisfação coletiva”, disse o ator Saulo Láuar

também votou pela absolvição. O voto divergente foi da desembargadora Kárin Emmerich, que discordou do entendimento.

A repercussão negativa do caso, que ganhou o debate nas redes sociais, levou o ator Saulo Láuar — primo em terceiro grau do desembargador — às redes sociais para denunciar o tio por tentativa de assédio sexual. O abuso teria ocorrido quando o ator tinha 14 anos de idade. “Eu consegui fugir,

por isso não aconteceu, mas guardei essa dor por todos esses anos. Quando vi a história da menina, a ferida se abriu”, postou ele. Após a postagem, uma mulher também afirmou ter sido vítima do desembargador. “Na época, eu e minha irmã trabalhávamos para a família dele”, escreveu. O **Correio** entrou em contato com Saulo Láuar, mas não obteve retorno.

As duas denúncias, ambas feitas nas redes sociais, fizeram com

que o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, determinasse a apuração das acusações de abuso sexual atribuídas ao desembargador Magid Nauef Láuar, que corre risco de ser afastado a qualquer momento das funções. Organizações internacionais como ONU Mulheres e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) se manifestaram, cobrando providências e esclarecimento do caso. Os ministérios dos

» Medicina: Senado prova ProfiMed

O Senado Federal aprovou, ontem, o Exame Nacional de Proficiência em Medicina (ProfiMed). A avaliação, também chamada de “OAB” pela semelhança com a prova obrigatória para advogados, visa avaliar se o recém-formado tem as habilidades mínimas necessárias para exercer a medicina e conseguir seu registro profissional. O projeto de lei havia sido aprovado em primeiro turno, no fim de 2025, e passou em segunda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os próximos passos ocorrerão na Câmara dos Deputados, quando o projeto será avaliado em regime de urgência. Se o projeto virar lei, a obrigatoriedade da prova de proficiência só entrará em vigor para os alunos que ingressarem na faculdade após a sanção do texto. Isso significa que a primeira edição do ProfiMed só deve ocorrer daqui a seis anos.

Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e das Mulheres também criticaram a sentença de 2ª instância, afirmando que é preciso zelar pelas crianças e adolescentes.

“Vou até o fim”

Ontem, o ator Saulo Láuar, primo do desembargador Magid Nauef Láuar, postou um vídeo afirmando que precisou abrir mão de sua vida pessoal para poder

colaborar com a sociedade e com a Justiça. “A minha intenção com o meu relato foi prestar apoio a uma insatisfação coletiva, diante de uma decisão judicial que todos já conhecem. Em razão da minha experiência pessoal, eu senti que eu não poderia me omitir e foi muito mais forte do que o meu desejo pessoal de manter aquilo comigo”, relatou.

“Eu tive que abrir mão da minha intimidade, eu tive que expor a minha família por algo que eu acreditei ser maior, ainda que eu não soubesse a dimensão que isso causaria. Para mim, me desnudar dessa maneira não é motivo de vergonha, é um privilégio, é uma honra para mim poder contribuir com essa dor coletiva”, continuou.

Láuar relatou ainda a preocupação da família com a sua segurança pessoal. “Então, se cuidem, procurem redes de apoio, procurem movimentos no limite da realidade de cada pessoa para que, a partir de agora, vocês possam abrir esse espaço para que bons sentimentos ocupem no lugar dessa ferida. A minha família está sofrendo muito. A minha família, em especial minha mãe e meu irmão, tem medo pela minha segurança”, desabafou.

Saulo afirmou que a família da mulher que também veio a público acusar o desembargador está com medo. “A família da outra vítima que se manifestou na minha postagem também tem medo pela segurança, obviamente. Mas eu já entendi que essa história não é mais minha. Essa história ultrapassa a minha vida. Com medo ou sem medo, sozinho ou acompanhado, eu vou seguir até o fim daquilo que eu posso fazer por isso. Ainda que seja a última coisa que eu faça na minha vida”, afirmou o ator.

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Cidades mineiras mantêm buscas por 20 desaparecidos

» RAFAELA BOMFIM*

O número de mortes provocadas pelos temporais que atingem a Zona da Mata mineira desde a noite de segunda-feira (23/2) chegou a 47, até o fechamento desta edição, segundo balanço do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. O levantamento confirma 41 óbitos em Juiz de Fora e seis em Ubá, as cidades mais atingidas pelos temporais do início da semana. As equipes de resgate trabalham sem interrupção para localizar 18 pessoas que estão desaparecidas em Juiz de Fora e duas em Ubá. Milhares de moradores de áreas de risco foram obrigados a deixar suas residências.

Em Juiz de Fora, quatro corpos foram resgatados, na tarde de ontem, nos bairros JK, Esplanada, Monte Castelo e Costa Carvalho. A cidade contabiliza 400 desalojados, acolhidos por parentes e amigos, e cerca de 3 mil desabrigados, que estão sendo encaminhados a estruturas públicas. Em Ubá, há 26 pessoas em abrigos e 178 fora de casa. As equipes de resgate seguem atuando em áreas com acúmulo de lama e interdições viárias, com apoio da Defesa Civil e das forças de segurança.

Diante da emergência, mais de 50 motoboys organizaram uma rede de apoio para garantir alimentação e transporte de donativos às regiões afetadas. As entregas são coordenadas por grupos de

mensagens, que indicam os pontos de maior necessidade. O motoboy Anderson Nascimento, de 27 anos, relatou que fez duas viagens para transportar cerca de 60 marmitas. “Foi tudo voluntário, a gente via onde estava precisando e ia. Quando precisava de mais motoboys, chamava nos grupos e o pessoal comparecia”, afirmou. Segundo ele, a prioridade foi atender aos trabalhadores e voluntários envolvidos nos salvamentos e famílias atingidas pelo desastre.

Menos recursos

Os impactos do temporal são sentidos em um momento de redução de investimentos estaduais voltados ao enfrentamento de danos provocados por emergências climáticas. Dados do Portal da Transparência indicam que os repasses estaduais caíram de R\$ 134,8 milhões, em 2023, para R\$ 5,8 milhões, em 2025 — redução de 96%. Em 2024, o valor já havia caído para R\$ 41,1 milhões, mas, neste ano, o montante empenhado soma apenas R\$ 16,1 mil nos dois primeiros meses do ano. Após a tragédia, o vice-governador, Mateus Simões, anunciou a liberação de R\$ 38 milhões para Juiz de Fora e R\$ 8 milhões para Ubá.

O governador mineiro, Romeu Zema, determinou reforço imediato nas operações de resgate e desobstrução de vias. “Tão logo tomamos conhecimento da gravidade das ocorrências, ainda de

AFF



Em Ubá, rio que corta a cidade transbordou, destruiu pontes e deixou um rastro de destruição em suas margens

madrugada, determinei ao chefe da Defesa Civil que empenhasse todos os esforços possíveis para salvar o maior número de pessoas”, declarou, em entrevista coletiva. Equipes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura serão enviadas para mapear áreas suscetíveis a novos deslizamentos, enquanto técnicos

da companhia estadual de saneamento e carretas humanitárias foram mobilizados para prestar atendimento à população atingida.

O governo federal reconheceu o estado de calamidade pública decretado pela prefeitura de Juiz de Fora. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou solidariedade e

informou que uma equipe de coordenação da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) para apoiar o atendimento na região, com a Defesa Civil Nacional operando em nível máximo de alerta.

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi reativado o projeto Assembleia Solidária, em

parceria com a Cruz Vermelha Brasileira de Minas Gerais, para arrecadar água mineral, alimentos não perecíveis, produtos de limpeza e recursos financeiros via Pix. O presidente da Casa, deputado Tadeu Leite (MDB), prestou “as mais profundas condolências às famílias das 40 vítimas fatais da tragédia e dos mais de 3,5 mil desabrigados”.

O governo do estado decretou luto oficial de três dias, com bandeiras hasteadas a meio mastro. A medida é simbólica e não altera o funcionamento do Parlamento. Desde segunda-feira, a região permanece sob calamidade pública, com monitoramento contínuo das autoridades.

Vulnerabilidade

Os temporais evidenciam um quadro estrutural de exposição ao risco em muitas cidades mineiras. Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) indicam que Juiz de Fora ocupa a 9ª posição entre os municípios brasileiros com maior contingente populacional em áreas sujeitas a enchentes e movimentos de massa. Dos 540,7 mil habitantes, 129 mil vivem em zonas vulneráveis, o equivalente a 23,7% da população local. No ranking nacional, Belo Horizonte aparece em 4º lugar, com 389,2 mil pessoas sob ameaça.

*Estagiária sob a supervisão de Vinícius Doria